

SANTANA, José Valdir Jesus de (org). 2017. Relações  
etnicorraciais e educação escolar indígena: relatos de pesquisa.  
Vitória da Conquista: Edições UESB.

Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento  
Professor adjunto I, área de Antropologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI  
[nonatorr.33@gmail.com](mailto:nonatorr.33@gmail.com)

Já faz alguns anos que as questões relacionadas à diversidade cultural no campo da educação têm ganhado visibilidade mundo afora. Aqui no Brasil, por exemplo, os debates sobre as relações etnicorraciais têm estado cada vez mais presentes nos espaços acadêmicos e políticos, principalmente, na elaboração de políticas públicas destinadas às minorias étnicas e sociais. Tais políticas, às vezes, são controversas e têm suscitado polêmicas diversas, principalmente, quando se trata de políticas educativas. Mesmo sendo uma temática constante nas reflexões antropológicas, houve uma intensificação dos debates a partir da publicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornaram obrigatório o estudo da História e cultura afro-brasileira e indígena no sistema de ensino. Tal obrigatoriedade tem despertado a atenção de antropólogos e educadores, servindo inclusive para estreitar o diálogo entre os dois campos do conhecimento – Antropologia e Educação. É, portanto, nessa perspectiva do diálogo, que o livro “Relações etnicorraciais e educação escolar indígena: relatos de pesquisa” se apresenta.

Esta coletânea, organizada por José Valdir de Jesus Santana, docente/pesquisador da Universidade Estadual do Sul da Bahia, apresenta a produção de pesquisadores/as vinculados/as a diferentes instituições de pesquisa que vem se dedicando aos estudos das relações etnicorraciais e da educação escolar indígena e coloca em evidência debates teórico-metodológicos que sublinham os desafios, mas também as possibilidades concernentes às relações etnicorraciais e à educação escolar indígena. Cada autor e autora dos textos nela reunidos trazem, a partir de suas experiências, importantes contribuições demonstrando os desafios que se impõem a pesquisadores/as e educadores/as para pensar

a diversidade cultural brasileira no espaço educativo em um contexto de desigualdades raciais e sociais.

A obra está organizada em uma apresentação e mais nove capítulos, que podem ser classificados em duas partes. A primeira é composta por seis capítulos, que apresentam resultados de pesquisas sobre as relações etnicorraciais na sociedade brasileira, articulando temas como racismo, segregação, práticas religiosas de cura, ensino de história e cultura afro-brasileira e processos de formação de identidade. A segunda parte, com três capítulos, traz reflexões relacionadas aos modos de ser e fazer educação dos e pelos povos indígenas. Em seu conjunto, esta coletânea nos ajuda a refletir sobre a diversidade etnicorracial na sociedade brasileira, principalmente no âmbito das instituições de ensino.

No primeiro capítulo, Reinaldo José de Oliveira, ao analisar a segregação urbana no Brasil, procura demonstrar como práticas racistas institucionalizadas estão diretamente relacionadas com o aumento da segregação urbana e racial no país. Para tanto, parte do pressuposto de que os processos de segregação reúnem instrumentos de separação que não são apenas sociais, mas também econômicos, políticos e ideológicos. Segundo o autor, apesar da temática da segregação socioeconômica ter sido constantemente debatida nos espaços acadêmicos, a questão racial vinculada ao espaço urbano ainda merece observações e reflexões, seja das ciências que lidam e trabalham com o espaço urbano, como daquelas que estudam o racismo e as desigualdades sociais. Ainda segundo o autor, a produção acadêmica nacional, ao deslocar a questão das desigualdades raciais vinculadas ao espaço urbano para o universo das desigualdades socioeconômicas, tenta invisibilizar e mascarar a questão do racismo em nossa sociedade, pois, para o autor, não é possível entender ou interpretar a segregação na sociedade brasileira sem colocar em pauta o racismo e as desigualdades raciais, presentes em nossa sociedade há mais de um século. Racismo e discriminação são os temas centrais do capítulo dois, escrito por Aline Ramos, José Valdir Jesus de Santana e Marise de Santana. Os autores, ao apresentarem os resultados de uma pesquisa realizada em uma escola pública de Ensino Fundamental do Sul da Bahia, situam a escola e ação do professor no centro do debate, pois partem do pressuposto de que a postura racista e preconceituosa do educador tem como consequência o fracasso escolar. Orientados por este princípio, procuram “identificar e analisar as manifestações preconceituosas e racistas, por parte de alunos e professores no ambiente escolar”, além de “identificar e analisar a necessidade de uma educação pluricultural que combata práticas racistas e discriminatórias que recaem sobre as crianças negras e afrodescendentes” (: 46). Tendo a etnografia como estratégia metodológica, apresentam a escola como uma instituição social responsável pelo processo de socialização dos sujeitos,

demonstrando que é na escola e por meio dela, que as crianças estabelecem relações com o diferente, sendo, portanto, nestas relações com sujeitos de diferentes matrizes culturais que experimentam também as primeiras tensões raciais. Ao observar e analisar as práticas e discursos dos professores, os autores constataam que a prática do racismo na escola investigada parece ser naturalizada, pois segundo os autores, o que se percebe na prática docente é “a reprodução de preconceitos, a naturalização de práticas racistas, discriminação social e racial, bem como a sua legitimação através da ação ou omissão docente no espaço escolar” (: 64).

Aline Garcia e Benedito Eugênio nos apresentam, no capítulo três, os resultados de uma pesquisa realizada com professores de três escolas do Ensino Fundamental do município de Jequié-Bahia. O intuito é analisar o processo de implantação da disciplina “História e Cultura Africana”, introduzida no sistema de ensino, a partir da publicação da lei 10.639/03. Para tanto, partem do seguinte pressuposto: as disciplinas são construídas social e politicamente e os atores envolvidos nesse processo empregam uma gama de recursos ideológicos para levarem a cabo suas missões, sejam individuais e/ou coletivas. Seguindo esse princípio analítico, mostram as dificuldades, tensões, desafios e conquistas durante o processo de criação na Secretaria Municipal de Educação, de um núcleo voltado para o estudo da África, bem como demonstram os desafios que se apresentam ao trabalhar as relações etnicorraciais no ambiente escolar com alunos das séries finais do Ensino Fundamental. Saindo do debate sobre racismo, preconceito e discriminação, somos levados por Silene Arcanjo Franco a conhecer uma experiência de vivências religiosas e práticas de cura empregadas por parteiras, entendendo-as como exemplos de reconhecimento e valorização de africanidades que são atualizadas cotidianamente nos bairros da cidade de Salvador e Lauro de Freitas (: 84). A autora, ao se utilizar da técnica da história oral, registra as trajetórias de vida de mulheres parteiras; trajetórias estas que testemunham a permanência de um legado cultural, adquirido no seio da família junto às mulheres mais idosas, (mães, tias e avós), por meio da vivência, da observação, dos sentidos, da intuição, ou seja, do fazer cotidiano. Este aprendizado, segundo a autora, faz destas parteiras continuadoras de um saber ancestral que se atualiza através de suas mãos e de cada criança que nasce nos bairros em que elas vivem.

Já no quinto capítulo, escrito por Idalia Lino Santos e Marcos Lopes de Souza, as situações de preconceito, discriminação e racismo são analisadas nas relações que se estabelecem entre os praticantes de religiões de matriz africana, notadamente de Umbanda e Candomblé e os praticantes do Espiritismo. Segundo os autores, mesmo com os avanços no reconhecimento das diferenças, as religiões de matriz africana ainda se deparam

com situações de marginalização e, por esta razão, procuram compreender porque os praticantes da Umbanda e Candomblé sofrem preconceito e discriminação por parte dos participantes do Espiritismo. Ancorados numa abordagem qualitativa, realizaram visitas a Centros Espíritas e a Terreiros de Umbanda e Candomblé na cidade de Jequié, onde, por meio da observação direta e da realização de entrevistas, buscaram compreender como se estabeleciam as relações de preconceito e/ou discriminação entre os adeptos destas religiões. A análise das práticas e discursos dos participantes da pesquisa demonstrou, segundo os autores, que há entre os adeptos do Espiritismo alguns que se colocam em um patamar superior aos membros da Umbanda e do Candomblé, acusando-os de serem praticantes de religiões arcaicas e de “trabalharem com espíritos considerados inferiores” (: 102). Guardadas as devidas proporções, esta constatação é relevante por demonstrar como as religiões de matriz africana ainda são inferiorizadas, quando não relacionadas a “manifestações demoníacas”.

Regina Marques de Souza Oliveira, por seu turno, apresenta uma reflexão sobre educação e saúde, em que procura relacionar práticas racistas institucionalizadas, saúde mental e processos subjetivos de construção da identidade da população negra. Tendo como base duas pesquisas, uma realizada com crianças e outra com jovens e adolescentes, ambas em espaços educativos, procura demonstrar como as manifestações de racismo, preconceito e discriminação são determinantes nas condições de vulnerabilidades da saúde mental da população negra. Mesmo estabelecendo metodologias específicas para cada grupo estudado, o fio condutor de sua análise foi a noção de identidade. Amparada por uma abordagem psicossocial materialista histórica, mediada pela psicanálise, a autora procura compreender como a saúde mental da população negra é atravessada por diferentes formas de violência psíquica e emocional. Tais formas de violência, segundo a autora, trazem inúmeros prejuízos, tanto afetivo como emocional, no processo de formação da identidade da criança, do adolescente e do jovem negro.

O capítulo sete, portanto já na segunda parte do livro, se volta para a análise da educação escolar indígena. De autoria de José Valdir de Jesus Santana, Ana Elisa Santiago e Clarice Cohn, o texto tem como objetivo analisar as relações que se estabelecem entre cultura, currículo e educação escolar em contexto indígena. Para tanto, os autores partem do princípio de que o currículo, no campo da educação escolar indígena, “precisa ser interrogado, colocado sob escrutínio, produzido e atualizado, sobretudo porque a escola, em contexto indígena, deve ser pensada e produzida no sentido de atender as demandas e desejos de cada povo de acordo com o que entendem ser educação diferenciada” (: 148). Ao refletir sobre a valorização da cultura em uma situação de relações interétnicas, os

autores indagam-se sobre a relação entre cultura, conhecimento e currículo. Interessantes compreender como o currículo escolar é produzido nas escolas indígenas, a partir de determinados contextos etnográficos, em especial, naqueles onde a escola é acionada como um lugar de resgate e valorização da cultura. Ancorados numa bibliografia sobre educação escolar indígena, os autores apontam que o currículo nas escolas indígenas é mais que um instrumento burocrático, pois visa atender às especificidades da escola, bem como ao que os povos indígenas apontam como imprescindível no contexto escolar.

A escola, a educação escolar e as formas de apropriação destas pelos Tupinambá de Olivença são analisadas no capítulo oito por José Valdir Jesus de Santana e Clarice Cohn. Os autores, ao analisar o contexto histórico de mobilização e organização do povo indígena Tupinambá de Olivença, percebem que a escola e a educação escolar ganham lugar de destaque, tanto na luta pelo reconhecimento étnico quanto pela retomada de seus territórios ancestrais, sendo, portanto, produzida por e para os Tupinambá como um local de cultura. Diante dessa característica específica, os autores procuram “compreender como a escola tupinambá tem produzido Tupinambá ‘forte na cultura’, [...] como são construídas ‘pessoa tupinambá’ a partir da escola e dos discursos relacionados ao ‘está na cultura’” (: 163). Através da etnografia, procuram demonstrar como os Tupinambá de Olivença, a partir de seus projetos de educação escolar e das formas de socialidades que são produzidas na e pela escola, produzem um tipo de pessoa tupinambá que é denominado por eles mesmos de ‘Tupinambá forte na cultura’.

O último capítulo, de autoria de Paulo de Tássio Borges da Silva e José Valdir Jesus de Santana, aborda a relação trabalho/agenciamento entre crianças Pataxó. Os autores se orientam pelos seguintes questionamentos: qual a relação das crianças Pataxó com as atividades de trabalho desenvolvidas nas aldeias? O trabalho realizado pelas crianças pode ser caracterizado como uma atividade de exploração? Qual o lócus de agência das crianças Pataxó? Como e em que circunstâncias essa agência é acionada? Partindo de uma concepção de infância como uma construção histórica, cultural e social, e ancorados nos estudos da Antropologia da Criança e da Sociologia da Infância, refletem acerca das possibilidades investigativas e dos diversos fenômenos que permeiam o universo da criança. O resultado desta análise nos auxilia a produzir rupturas com as concepções padronizantes e eurocêntricas, demonstrando uma dimensão plural de infância. O trabalho entre os Pataxó, longe ser considerado uma atividade de exploração da criança, é antes de tudo, parte de sua construção como pessoa. Pois, é com o trabalho e por meio dele que os Pataxó se constroem.

É inegável a contribuição que os artigos reunidos nesta coletânea nos apresentam

sobre a temática das relações etnicorraciais, bem como sobre educação escolar indígena, pois trazem para o centro do debate temas que, por muito tempo, têm sido invisibilizados e ou mascarados nas reflexões acadêmicas. Conforme afirma Reinaldo Oliveira, o discurso da “democracia racial” no Brasil tem prejudicado e até mascarado os debates sobre segregação urbana e racial em nosso país. Outra questão que merece destaque é aquela apontada por Aline Garcia e Benedito Eugenio, quando analisam a implementação da lei 10.639/03. O que se percebe da análise empreendida pelos autores é que somente a garantia da lei não é suficiente para que determinadas políticas sejam cumpridas, sendo portanto, necessário, além da garantia legal, um processo de formação para os professores, para que estes coloquem em prática os preceitos legais.

A necessidade de formação para a diversidade apontada nesta coletânea, já vem sendo discutida em outras coletâneas como “Dez anos da lei nº 10.639/03: memórias e perspectiva de Regina de Jesus, Mairce Araujo e Henrique Júnior (Jesus, Regina et. Al. 2013, 296 p.) e “Experiencias étnico-culturais para a formação de professores” de Nilma Gomes Petronila Sila (Gomes & Silva 2011). Nestas, os debates sobre a formação docente para a diversidade têm sido colocados, por um lado, como uma questão fundamental para vencer os desafios que se impõem à compreensão e ao respeito à diversidade presentes no espaço educativo e, por outro, como uma possibilidade de construção de possíveis diálogos entre dois campos do conhecimento; como já apontamos.

Com relação ao debate sobre a escola e povos indígenas, os autores atualizam e continuam um debate já iniciado nos anos de 1970, quando o movimento indígena organizado passou a se apropriar da escola e da educação escolar, como uma forma de promover sua autodeterminação. A escola, que antes era vista como um espaço de dominação e imposição cultural ao ser apropriada pelos povos indígenas, passou a representar um espaço de valorização e produção da cultura e conseqüentemente, de pessoas fortes na cultura, como nos mostram os autores do oitavo capítulo.

Por tudo isso, é possível afirmar que esta obra organizada por José Valdir Jesus de Santana, além de trazer importantes subsídios para o entendimento e reflexão das relações etnicorraciais e educação escolar indígena, atualiza um debate já iniciado por outros pesquisadores. Além disso, nos faz refletir sobre os desafios teóricos, metodológicos e políticos da pesquisa educacional, principalmente quando o tema central é a diversidade. Diante da atual realidade cultural da educação brasileira e dos quadros de desigualdade social e racial no Brasil, não podemos mais aceitar que a diversidade continue sendo vista como um problema. Isto exige de nós, como educadores e educadoras, uma tomada de posição diante dos sujeitos da educação, no sentido de reconhecer e valorizar tanto

as semelhanças quanto as diferenças como fatores indispensáveis a qualquer projeto educativo que se quer democrático. Os desafios são muitos, mas há possibilidades e isso revela sua importância e certamente as contribuições presentes nesta coletânea estão à disposição para serem conhecidas e analisadas com a profundidade que merecem.

Recebido em 20 de junho de 2018.

Aceito em 29 de julho de 2018.